

Coisas da política

Os faraós daqui e os de Wall Street

Economia Brasil

Elio Gaspari

POR diversas razões, que vão da falta de solidariedade dos cidadãos para com um regime finado, à falta de seriedade das autoridades desse próprio regime, o Brasil olha para a sua situação de devedor de quase 100 bilhões de dólares, com um compreensível mas injustificável complexo de inferioridade. Fica-se com a impressão de que se cometeu aqui imensa lambança, gastando-se o dinheiro dos outros num projeto inviável onde se acumularam obras faraônicas e tumores sociais. Houve lambança, houve faraós e há tanto pirâmides quanto gargalos sociais. Houve e há sobretudo a poderosa e invisível teia de interesses dos grandes empreiteiros, capazes de ficar longe da vista geral e perto dos poderosos, tão perto a ponto de conseguirem liberar recursos para continuar a obra de uma ferrovia que transportará pedras de minério de ferro no mesmo mês em que se param as verbas de metrô destinados a transportar pessoas. Há males que são discutidos, como os do Governo, e males que não se mencionam, como a predação orçamentária promovida pelos grandes construtores de obras públicas. Fala-se tão mal do Governo que ele parece um demônio de descontrole e más intenções cercado de santos da racionalidade. Mesmo aceitando-se que o poder central tornou-se diabólico, ele não é o único diabo nacional e, na conta das diabruras, deve-se calcular com serenidade quão endiabrado foi o Brasil e quão infernal foi a história que lhe contaram.

Para a discussão da dívida interna, que se estude melhor a ação dos empreiteiros. Para o debate da dívida externa, convém refletir sobre a ação dos bancos internacionais que derramaram dinheiro no Brasil. Para ajudar o esclarecimento desse aspecto da questão, conviria que alguma editora brasileira lançasse aqui o livro *The World's Money — International banking Bretton Woods to the brink of insolvency*. (O dinheiro do mundo — a banca internacional de Bretton Woods à beira da insolvência), do economista americano Michael Moffitt.

No centro de suas observações, Moffitt informa que há hoje no mundo do dinheiro uma luta pelo controle do sistema monetário internacional. De um lado estão os governos, que perderam o pique que lhes foi dado no pós-guerra, e, do outro, os bancos, que se valeiam de um extraordinário surto de excesso de dóla-

res, juntando-o a um conjunto de ardis para se livrarem dos fiscais da sociedade. Para não cumprirem as normas fiscalizadoras dos governos, os bancos criaram o eurodólar, os paraísos fiscais das Bahamas e os sonhos modernizadores do Terceiro Mundo. Jogaram uma partida da qual resultou a internacionalização dos bancos americanos, o aparecimento de toda uma elite de especialistas em investimentos e um neologismo: o *geobanco*, instituição cujas fronteiras estão na curvatura da Terra mas que, infelizmente, livrando-se das leis dos homens e desdenhando as divinas, estão agora com os pés presos nas do mercado. Aqui do Brasil, por exemplo, dentamos-lhes quase 100 bilhões de dólares.

Crítica-se a Ferrovia Aço, obra faraônica no melhor sentido do termo, porque ela começou a ser aberta sem que tivesse sido concluído o seu projeto de engenharia. Ou seja, os peões abriam um túnel, mas os engenheiros não sabiam por que morro ela passaria quilômetros adiante. Em matéria de imprevidência, nada há de mais grotesco, sobretudo quando se sabe que isso não sucedia por imprevidência, mas por astúcia dos beneficiários com a construção da pirâmide. Para os peões, pirâmide é um local onde se carrega pedra em troca de comida. Para o faraó, é um túmulo. Para o empreiteiro, que no Egito chamava-se arquiteto, era uma idéia lucrativa. Vistos a frio, só os empreiteiros e os turistas gostam de pirâmides. Pois bem, um país que faz coisas desse tipo tem motivos para sentir-se humilhado, quando não pode pagar o que deve. Mas, veja-se que os bancos faziam a mesma coisa. Em muitos casos, mundo afora, emprestaram dinheiro sem perguntar para onde ele iria. Inventaram o eurodólar, apelidado de "dinheiro sem pátria", acreditando que o mundo, nos seus movimentos de rotação e translação, resolveria os problemas que viessem a surgir. Não perceberam que, diante de dinheiro sem pátria, surge a contrapartida, a pátria sem dinheiro. Mataram com isso a galinha dos ovos de ouro que era o risco soberano, noção, segundo a qual uma nação não pode dar calote, pois países, à diferença de empresas, portam-se sempre como cavalheiros. Percebe-se agora que esse jogo pressupunha a existência de um cavalheiro pagante e de um dólar errante, insubmisso. Era muito ousado para dar certo.

Moffitt em seu livro mostra com precisão quanto da crise atual foi fabricada pelo ardor dos bancos. É óbvio que o fato de um empréstador ter sido audacioso demais não é justificativa para que não lhe paguem o devido. Mas também é injusto que o Fundo Monetário Internacional, desprestigiado pela banca na hora da festa, queira parar países para pagar contas a bancos que não param seus lucros, apesar de terem entrado numa festa delirante. O sistema financeiro internacional está à espera de uma recuperação, mas ela só será viável se os bancos pagarem o pedaço do sonho que venderam, até porque cá embaixo não há dinheiro para pagar ao mesmo tempo pela Ferrovia do Aço e pela audácia do presidente do Citibank, Walter Wriston.

E, para se começar a derrubar o complexo de inferioridade de devedor que assola o Brasil, há uma providência concreta a tomar: deslocar a sede de trabalho da equipe do Fundo Monetário Internacional que caça os números verdadeiros da economia nacional. Desde o início do ano, esses funcionários trabalhavam no Palácio do Planalto, onde funciona um pedaço da Secretaria de Planejamento. Ora, localizado na Praça dos Três Poderes, o Planalto é o símbolo do poder nacional e é, no mínimo, subversivo que uma equipe de auditores internacionais trabalhe dentro da sede do poder. Eles podem receber salas maiores, com melhor vista e melhor mordomia, em qualquer outro prédio federal. Se são solícitos, podem ir para o Itamarati; se estão zangados, podem ir para o Forte Apache. Em caso de melancolia, trabalhem no Ministério da Saúde. Salas há, como há o perigo remoto de que jamais consigam descobrir os números, ou chegar a uma conclusão, já que, no fim das contas, o País não pode pagar o que deve. Nesse caso, poderiam ir para o Rio, onde seriam instalados no Museu Histórico Nacional, até que num futuro longínquo um guia pudesse dizer: "Aqui está a caneta da Lei Aurea, ali a escrivaninha do Barão de Mauá e, nela, o neto de um técnico do FMI, cuja família procura saber o que houve com a economia nos anos que antecederam o fim do cruzeiro, aquela moeda que se acabou quando um ministro a comeu em rede nacional de televisão, ao som de um tango argentino."

Elio Gaspari é Diretor-Adjunto da Revista Veja.